

UM PEQUENO
DICIONÁRIO DE
TERMOS PARA
ENTENDER A DEFESA
DE DIREITOS
UNIVERSAIS

ESSES TAIS DIREITOS HUMANOS

]-[Fundo
Brasil



Introdução

O que é racismo estrutural? Para que servem os direitos humanos? Ou, qual o significado de feminicídio mesmo?

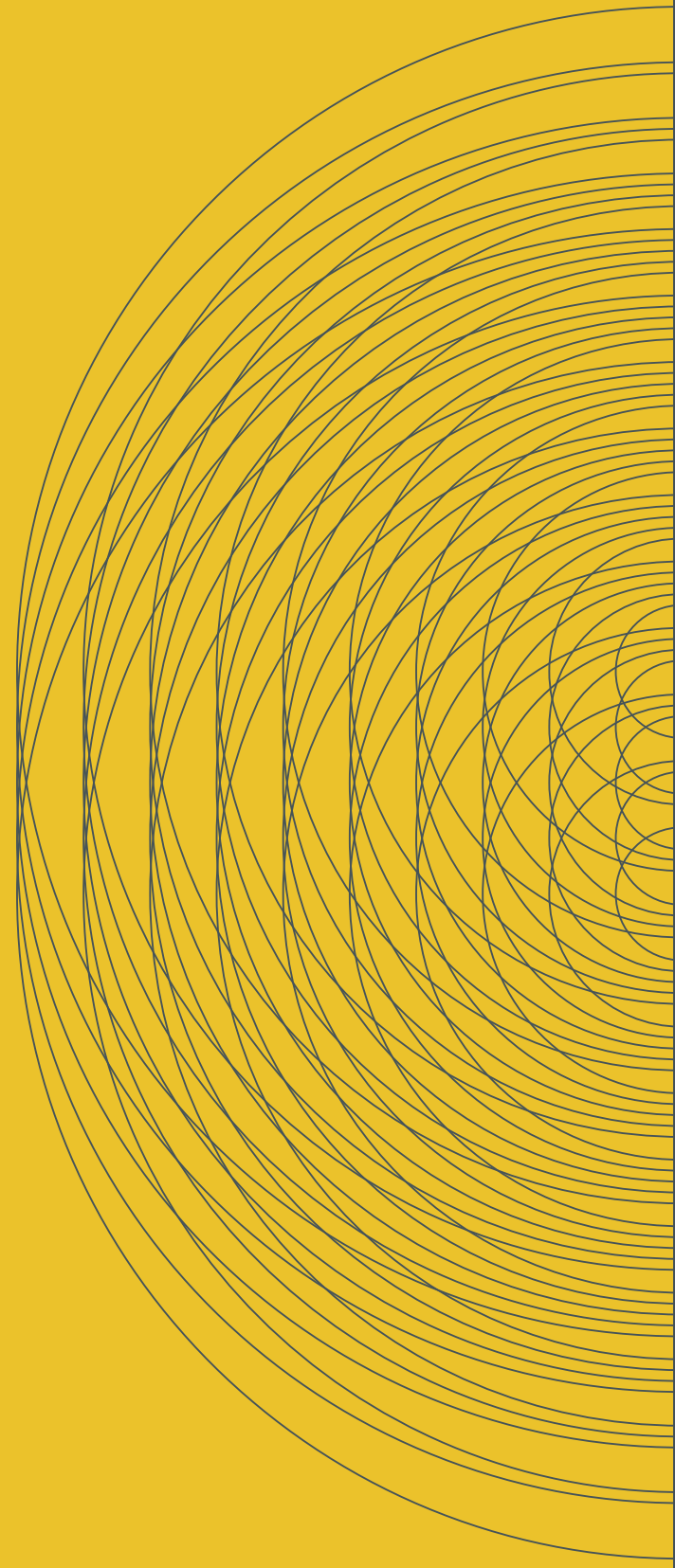
Vira e mexe, todo mundo acaba se deparando com alguma palavra, expressão ou fenômeno social cujo significado não sabe explicar muito bem.

Para entender o sentido desses termos, a Brasil de Direitos pediu ajuda a defensoras e defensores de direitos humanos para os quais essas expressões e conceitos são parte do trabalho cotidiano.

Nesse nosso pequeno glossário, Melisanda Trentin, coordenadora da ONG Justiça Global, explica como surgiu essa ideia de que existem **direitos válidos para todas as pessoas**; Maria Teresa Ferreira, do Movimento de Mulheres Negras, comenta o significado do **racismo estrutural**; a socióloga Jolúzia Batista, do Cfemea, destaca como o **feminicídio** (o assassinato de mulheres por razões de gênero) é um crime que pode ser prevenido; e o pesquisador Fábio Luís Franco investiga as origens da **necropolítica**.

As explicações são descomplicadas. Ideais para mandar para amigos, ou consultar quando a dúvida bater.

Tudo foi publicado, originalmente, na **Brasil de Direitos**: uma plataforma de notícias e discussões sobre direitos humanos impulsionada pelo Fundo Brasil. Nela, você encontra reportagens, entrevistas, textos de análise e de opinião. Tudo produzido a partir do olhar da sociedade civil organizada — grupos e coletivos que atuam em defesa dos direitos humanos por todo o país.



Índice

O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS	04
O QUE É RACISMO ESTRUTURAL	07
O QUE É FEMINICÍDIO	10
O QUE É NECROPOLÍTICA	13

O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS

ENTENDA: Os direitos humanos são universais: protegem todas as pessoas. Seu objetivo é garantir as condições mínimas para que todos e todas vivam bem e se desenvolvam

Veja em vídeo

Em 2018, o instituto de pesquisas Ipsos decidiu investigar o que os brasileiros pensavam **a respeito da defesa dos direitos humanos**. Os dados coletados revelaram algumas contradições. Segundo o instituto, seis em cada dez brasileiros se diziam a favor dos direitos humanos. A aprovação aumentava nas parcelas mais jovens da população – subia para sete em cada dez no grupo de entrevistados com idades entre 25 e 34 anos.

Um resultado, à primeira vista, positivo. Ao mesmo tempo, no entanto, para 66% dos brasileiros os direitos humanos defendiam

“mais os bandidos que as vítimas”. Ainda segundo a pesquisa, mais da metade dos brasileiros (54%) concordam com a frase: “os direitos humanos não protegem pessoas como eu”.

O dado preocupa porque revela um equívoco: ao contrário do que diz a afirmação, os direitos humanos protegem todos e todas. Direitos humanos, segundo o entendimento atual, são aquele conjunto de garantias mínimas necessárias para que uma pessoa viva bem e se desenvolva plenamente.

Eles são universais: são válidos para todas as pessoas, independentemente de credo, gênero ou etnia. Trata-se, por exemplo, do direito à saúde, do direito à moradia, do direito à

“É com a Revolução Francesa que ganham relevo os ideais de liberdade e igualdade”

educação e instrução, do direito à liberdade de expressão e à participação política. Nessa lista, entra também o direito à vida. Em 1948, representantes dos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) reuniram, num só documento, esse conjunto de garantias essenciais. Publicada em dezembro daquele ano, a Declaração Universal dos Direitos Humanos surgiu em um mundo ainda abalado



pelos efeitos de duas grandes guerras e politicamente dividido. Em parte, a Declaração foi resultado daquele contexto político. “As guerras são as maiores expressões de violações de direitos. E a declaração surge em oposição a esse quadro”, lembra a advogada Melisanda Trentin, coordenadora da Justiça Global, organização carioca de defesa dos direitos humanos.

A declaração Universal dos Direitos Humanos surgiu sem peso de lei. Mas representou uma mudança de paradigma. A ela, seguiram-se tratados internacionais e a criação de políticas públicas destinadas a tornar concretos os direitos previstos no documento.

“Os direitos humanos não existem no vazio. Eles são fruto de conquistas, e são também um ideal”

Segundo Melisanda, a Declaração teve ainda o mérito de apontar um horizonte a ser perseguido. “Os direitos humanos não existem no vazio. Eles são fruto de conquistas, e são também um ideal”, explica a advogada. “Eles representam uma visão do que pode ser uma sociedade melhor, onde devemos desejar chegar”. Eles apontam para a necessidade de construir sociedades mais justas, e são fruto de séculos de lutas e mobilizações.

Uma breve história dos direitos humanos

A ideia de que todos os seres-humanos nascem dotados de direitos é antiga— remonta ao direito romano. “Desde então, se discute a existência de um direito natural”, conta Melisanda. “Ou seja, a existência de direitos válidos para todas as pessoas, desde o seu nascimento”.

Durante muito tempo, no entanto, essa noção sofreu restrições. “Originalmente, ela se referia ao mundo europeu. E conviveu, inclusive, com a escravização de populações na África, Ásia e Américas”.

O rol de direitos e seus beneficiários se expandiu à medida em que diferentes grupos sociais passaram a reivindicar maior participação política, mudanças nos sistemas de governo ou o estabelecimento de políticas de proteção social. É comum que os estudiosos dessa história dividam os direitos conquistados em cada época em três gerações.

Os direitos da primeira geração são aqueles conquistados durante as revoluções burguesas do século XVIII. Seu grande marco é a revolução francesa de 1789 e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Já no seu primeiro artigo, o documento estabelece que os “homens nascem e são livres e iguais em direitos”.

À época, o que se queria definir era a noção de liberdade dos indivíduos em relação ao Estado. “É com a Revolução Francesa que ganham relevo os ideais de liberdade e igualdade”, conta Melisanda. “Discute-se, então, quais os limites da atuação do Estado na vida das pessoas. O desejo é o de abandonar a figura de um monarca absoluto, e isso abre caminho para o estabelecimento de democracias”.

São desse período as reivindicações referentes à participação política, por exemplo.

Os direitos de segunda geração, por sua vez, surgem depois das duas grandes guerras mundiais. Eles tratam da criação de políticas sociais, necessárias para garantir o bem-estar das populações: coincidem, na Europa, com a criação do estado de bem-estar social. São reivindicados direitos econômicos, sociais e culturais, como o direito à saúde e à educação.

Por fim, os direitos de terceira geração são aqueles cobrados a partir dos anos 1960. São os direitos difusos — cujo número de beneficiários não se pode mensurar, como no caso da proteção ao meio ambiente — e os direitos coletivos. Se, até ali, os direitos humanos se dedicavam à proteção de indivíduos, nessa terceira geração destaca-se a proteção a grupos humanos.

Ainda que essa “história oficial” se concentre, sobretudo, em episódios passados na Europa, Melisanda destaca que as lutas pelo estabelecimento de direitos aconteceram (e acontecem) no mundo inteiro. “É possível destacar o movimento de independência da Índia, liderado por Ghandi já no século 20”, lembra ela. “E, mesmo antes disso, houve uma série de revoltas negras no Brasil.

Revoltas que lutavam pela liberdade e pela igualdade”. Essa evolução também revela que tais direitos não são estáticos. Eles respondem às necessidades e reivindicações de seu tempo. “Nossa afirmação política diária, ainda hoje, faz também parte do processo de construção dos direitos humanos”.



Foto: Adriana Vianna

O QUE É RACISMO ESTRUTURAL

ENTENDA: No Brasil, pessoas negras são minoria em espaços de poder e são as principais vítimas da violência armada. São dois sinais de que a sociedade brasileira foi construída — ou “estruturada” — de uma maneira que mantém essas pessoas em desvantagem. O conceito de racismo estrutural descreve aquelas sociedades em que o racismo é a norma.

Veja em vídeo

Para entender **do que se trata o racismo estrutural**, é preciso dar um passo atrás. Entender, antes de tudo, o que é racismo — e o lugar que ele ocupa na formação da sociedade brasileira. Pois bem:

O QUE É RACISMO?

Vamos pensar nos materiais usados para a construção de uma casa. São necessários cimento, vergalhões, tijolos, areia e água para a construção do alicerce. Ao subir os vergalhões, os tijolos são sobrepostos um ao outro, fixados sobre camadas de cimento. Isso dará sustentação a toda construção.

Conseguiu imaginar a construção desse alicerce? E o que essa história toda tem a ver com a definição de racismo?

Na construção da sociedade brasileira, o racismo é o cimento. Ele é o elemento que sustenta a estrutura social, política e econômica da sociedade brasileira.

O Brasil carrega uma história de 300 anos de escravidão. Dentre os países da América, o nosso foi o último a abolir a escravidão negra formalmente, em 1888. Depois de mais de um século, ficou enraizado no inconsciente coletivo da sociedade brasileira um pensamento que marginaliza as pessoas negras, as impede de se constituírem como cidadãs plenas.

Isso posto, vamos adiante:

O QUE É RACISMO ESTRUTURAL?

É essa naturalização de ações, hábitos, situações, falas e pensamentos que já fazem parte da vida cotidiana do povo brasileiro e que promovem, direta ou indiretamente, a segregação ou o preconceito racial. Um processo que atinge tão duramente — e diariamente — a população negra.

No cotidiano da sociedade brasileira estão normalizadas frases e atitudes de cunho racista e preconceituoso. São piadas que associam negros e indígenas a situações vexatórias, degradantes ou criminosas. Ou atitudes baseadas em preconceitos, como desconfiar da índole de alguém pela cor de sua pele.

Outra forma comum de racismo é a adoção de eufemismos para fazer referência a negros ou pretos, como as palavras “moreno” e “pessoa de cor”. Essa atitude evidencia um desconforto das pessoas,

em geral, ao utilizar as palavras “negro” ou “preto” pelo estigma social que a população negra recebeu ao longo dos anos.

Essas ações reverberam nas instituições públicas e privadas. No Estado e nas leis que alimentam a exclusão da população negra. Elas se materializam, por exemplo, na ausência de políticas públicas que possam promover melhores condições de vida a essa população.

“Independentemente de aceitarmos o racismo ou não, ele constitui as relações no seu padrão de normalidade”

POR QUE ESSA DISCUSSÃO IMPORTA?

As questões raciais são estruturantes porque fazem parte da construção das nossas sociedades. As subjetividades que nos compõem — os nossos preconceitos, por exemplo — acabam construindo as relações sociais que estabelecemos. E essas relações estão impregnadas de uma construção histórica equivocada, que mantém a população negra em posição de subalternidade.

Como explica o filósofo Silvio Almeida, autor de “O que é racismo estrutural”, longe de ser uma anomalia, o racismo é “o normal”: “Independentemente de aceitarmos o racismo ou não,



ele constitui as relações no seu padrão de normalidade”. Esse equívoco de narrativa resulta na desvalorização da cultura, intelecto e história da população negra. Mina suas potencialidades e, principalmente, aumenta o abismo criado por desigualdades sociais, políticas e econômicas.

É um problema evidenciado por números. **No Brasil, pessoas negras são mortas com mais frequência que pessoas não negras:** os negros representam 75% das vítimas de homicídio, segundo o Atlas da Violência de 2019. São maioria, também, em meio à camada mais pobre da população: dos 10% de brasileiros mais pobres, 75% são negros, segundo o IBGE.

Para falar sobre os **efeitos do racismo na sociedade brasileira** é preciso encará-lo como um fenômeno essencialmente transversal. É preciso entender que ele forma uma teia de violências que afeta jovens, homens e mulheres encarceradas e encarcerados; que define os mecanismos que regem o tráfico de mulheres e meninas; que afeta a vida da população LGBTQI+, da população quilombola e ribeirinha; e que explica o preconceito contra as religiões de matriz africana, ameaçando seu direito de existir (Texto de Maria Teresa Ferreira- Movimento de Mulheres Negras de Sorocaba).



Foto: Adriana Vianna

O QUE É FEMINICÍDIO

ENTENDA: termo classifica o assassinato de mulheres praticado por razões de gênero.

Veja em vídeo

Sete mulheres foram mortas a cada hora no Brasil em 2020. A maioria foi assassinada por um homem que fazia parte do seu círculo familiar ou de amigos: um companheiro, irmão, pai ou vizinho. Os dados são do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e indicam que 1350 mulheres foram mortas no Brasil no ano passado por questões de gênero. Segundo o **Mapa da Violência** — uma pesquisa realizada em 2015 — essas estatísticas colocam o país em posição de destaque em um ranking trágico: somos o quinto país do mundo em número de feminicídios.

Um feminicídio acontece quando uma mulher é assassinada simplesmente por ser mulher. “O principal contexto desse crime é o da violência doméstica, das relações afetivo-conjugais”, afirma a socióloga Jolúzia Batista, assessora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea). “Frequentemente, ele envolve um processo de desqualificação da mulher, de misoginia”.

O termo passou a figurar no código penal brasileiro em 2015, como um qualificador do crime de homicídio. Desde então, o número de feminicídios registrados no Brasil disparou. Eles eram 926 em 2016; chegaram a 1350 em 2020. Há duas razões possíveis para essa escalada. De um lado, conta Jolúzia, organizações feministas e de defesa de direitos trabalharam, nos últimos anos, para visibilizar as violências sofridas pelas mulheres. “É possível que as mulheres estejam denunciando mais”, diz ela.

Mas o aumento reflete, também, a guinada conservadora vivenciada pela sociedade brasileira em anos recentes. “Há uma onda que tenta recolocar as mulheres no âmbito privado. Redomesticar nossos corpos”, diz a ativista. “E há um desmonte da rede de serviços [para atender mulheres vítimas de violência]”.

“Há uma onda que tenta recolocar as mulheres no âmbito privado. Redomesticar nossos corpos”

Jolúzia explica que o feminicídio costuma ser um crime previsível: ele é o lance final de uma sequência de agressões. “É um processo que, muitas vezes, começa com a violência domésticas. Com a violência psicológica e patrimonial. Com uma série de ataques à existência daquela mulher, de rebaixamento da sua autoestima”.

Evitá-lo exige a criação de políticas de prevenção. Segundo a ativista, o Brasil segue na direção oposta, com propostas limitadas à punição dos agressores. “Não é o aumento da pena que vai diminuir os casos. Precisamos de recursos para aumentar a rede de atendimento, e de uma ampla campanha de conscientização de que não é o assassinato de mulheres que vai resolver problemas de ordem afetivo-conjugal”.

Brasil de Direitos: O que é feminicídio?

Jolúzia Batista: É o assassinato de mulheres pela condição de ser mulher. O crime de feminicídio acontece por razões de gênero, e o principal contexto dele é o da violência doméstica, das relações afetivo-conjugais. No Brasil, o feminicídio surge como um qualificador do crime de homicídio a partir da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que aconteceu entre 2012 e 2013 para apurar crimes e violências contra a mulher.

É possível prevenir um feminicídio?

O feminicídio é a culminância de uma situação de violência progressiva. Antes dele, você tem uma situação de violência doméstica, psicológica, patrimonial. Há uma série de ataques à existência daquela mulher, de rebaixamento da sua autoestima. A violência contra a mulher no Brasil, um país de herança colonial e racista, se expressa como uma forma de castigo.

Como assim?

Há mulheres que são mortas porque foram proibidas, pelos maridos, de usar certos tipos de roupa. Porque foram proibidas de cortar o cabelo. Assim como as crianças levavam surras corretivas nós, mulheres, também apanhamos. Nas ruas ou dentro de casa, apanhamos de companheiros, pais, irmãos. Basta ter uma presença patriarcal dominante nesses arranjos

para que essa figura se coloque como o defensor de uma punição que nós supostamente merecemos por ter descumprido algum código moral.

A lei do feminicídio foi promulgada em 2015, e incluiu o assassinato de mulheres no rol de crimes hediondos. Desde então, houve avanços?

Essa conquista trouxe fôlego ao debate. Amadureceu o debate sobre a punição a esses crimes, e também sobre as medidas de proteção e segurança que podem ser oferecidas às mulheres vítimas de agressão. É importante destacar que, apesar disso, ainda hoje há resistência em qualificar um homicídio como feminicídio. A sociedade brasileira é profundamente machista.

Apesar da lei, o número de feminicídios disparou nos últimos anos. Qual o problema?

Para quem acompanha esses números de perto, há sempre uma dúvida: as mulheres passaram a denunciar mais, ou o número de crimes de fato aumentou? Nos últimos anos, a gente conseguiu dar maior visibilidade a essa discussão. Mas, sem dúvida, desde 2018, o Brasil viu explodir o número de feminicídios. Estamos vivendo uma grande ofensiva conservadora antidireitos. A estrutura machista da sociedade se sente ameaçada pelos avanços conquistados pelas mulheres nas últimas décadas. Há uma onda que tenta recolocar as mulheres no âmbito privado. Que tenta redomesticar nossos corpos. Nos últimos anos, houve aumento considerável de feminicídios, de estupros e de abusos, inclusive de crianças, dentro das famílias. Esse processo é incentivado por um discurso ofensivo e misógino que vem do atual governo brasileiro.

Como reverter esse quadro?

É preciso trabalhar em campanhas preventivas. Inclusive nas escolas. A escola é um lugar central para que a gente possa trabalhar igualdade

de gênero, o não sexismo, a superação do racismo. Mas vários desses temas estão blindados, hoje, no ambiente escolar. Em lugar disso, se fala muito sobre aumento de punições. Atualmente, há no Congresso Nacional cerca de 100 projetos de lei para mudar a Lei Maria da Penha. Pelo menos 30 deles falam sobre aumento de pena para agressores. Isso não resolve o problema. O aumento da pena não diminui o número de casos. São necessários aportes de recursos orçamentários para aumentar a rede de atendimento [às mulheres vítimas de violência]. E uma ampla campanha de conscientização de que não é o assassinato de mulheres que vai resolver problemas de ordem afetivo-conjugal. A gente precisa ajudar aos homens brasileiros a expandir um pouco mais a sua compreensão do que é o existir na sua masculinidade.





Foto: Adriana Vianna

O QUE É NECROPOLÍTICA

ENTENDA: Criado em 2003 pelo filósofo Achille Mbembe, o conceito descreve como, nas sociedades capitalistas, o Estado define quem deve viver e quem deve morrer. Faz isso ao criar políticas que restringem o acesso de certas populações a recursos importantes para sua sobrevivência

Em 2003, o filósofo camaronês Achille Mbembe publicou um ensaio que se tornaria célebre. Professor da Universidade de Witwatersrand, na África do Sul, Mbembe é um dos maiores especialistas da atualidade em África pós-colonial. No texto, de pouco mais de 30 páginas, se dedicou a uma tarefa árida: examinar como os governos administram a morte. A isso, deu o nome de necropolítica.

O conceito descreve como, nas sociedades capitalistas, instituições — como governos — promovem políticas que restringem o acesso de certas populações a condições mínimas de sobrevivência. Criam regiões onde a vida é precária e onde a morte é autorizada. Ao fazer isso, definem que indivíduos devem viver, e quais devem morrer — e como deve ser sua morte.

Ao longo dos 17 anos seguintes, o conceito trabalhado no texto de Mbembe explodiu em popularidade, e recebeu contribuições de outros pensadores. “A necropolítica se tornou um instrumento político e intelectual importante, muito presente em movimentos sociais, ações e intervenções”, conta o psicanalista Fábio Luis Franco, doutor em filosofia pela Universidade de São Paulo.

No Brasil, o conceito é mais comumente utilizado para analisar políticas de segurança pública e a atuação das polícias. Segundo Franco, é relevante que o termo tenha sido cunhado por um filósofo nascido na chamada periferia do capitalismo. Nesses territórios — que incluem o Brasil — os efeitos da necropolítica são mais visíveis: “Nesses lugares, fica claro que, para sobreviver, o capitalismo precisa produzir zonas de exclusão e de morte”. É o caso das favelas cariocas, por exemplo. Onde, sob o pretexto de combater o tráfico de drogas, o Estado promove ações policiais que culminam na morte de pessoas negras e pobres.

Desde meados de março, quando a Organização Mundial da Saúde declarou pandemia pelo novo coronavírus, o número de buscas pelo significado de necropolítica disparou no Google. Em meio à pandemia, conta Franco, o conceito ajuda a entender como o Estado — e o mercado — administram a morte ao definir quem terá acesso aos melhores serviços de saúde a tempo de se salvar. No Brasil, pessoas negras têm chances maiores de ser vítimas do novo coronavírus. Segundo **boletim epidemiológico do ministério da Saúde do dia 8 de maio**, pretos e pardos já somam mais da metade (50.1%) das vítimas da nova doença.

Brasil de Direitos: O que significa administrar a morte e como o Estado faz isso?

Fábio Luís Franco: É muito relevante que o conceito de necropolítica

tenha sido desenvolvido por um pensador nascido na periferia do capitalismo. Esse aspecto é importante porque indica que a necropolítica se deixa ver mais claramente, nesses contextos em que o capitalismo precisa, para sua reprodução, produzir zonas de violência e de morte. Isso pode parecer um pouco abstrato mas, se formos olhar historicamente — que é o que o Mbembe faz no seu texto — identificamos que o capitalismo europeu só foi possível graças à política colonialista na América, na África e na Ásia. Ele só foi possível graças à dominação de áreas extraeuropeias, e à escravização de povos tradicionais ou negros que foram submetidos a condições mortíferas. Para se reproduzir, o capitalismo precisa criar essas zonas onde a vida está por um fio e onde a morte se produz.

Na sociedade contemporânea, há exemplos dessa administração da morte?

Quando se pensa em necropolítica, em primeiro lugar se pensa no Estado que mata. A morte do George Floyd, em razão da atuação da polícia norte-americana, ou mesmo o genocídio da população negra periférica no Brasil, deixam ver o quanto o Estado é um agente necropolítico fundamental. Mas, chamo a atenção para outros aspectos da necropolítica, que o Mbembe não explicita tanto, e que ajudam a entender o que significa administrar a morte. Administrar a morte é gerir a distribuição da mortalidade e das formas de morrer de maneira diferencial na sociedade. E a pandemia de coronavírus deixa ver como isso acontece. Hoje, em São Paulo, as populações negras são as mais atingidas pela letalidade da Covid-19. Ainda que as regiões mais ricas da cidade sejam aquelas com maior índice de contaminação, é a Brasilânida (bairro de periferia na zona norte da cidade) que concentra o maior número de mortos. Essa é uma maneira muito precisa de ver a administração da morte — o acesso que a

população de Pinheiros ou dos Jardins tem aos serviços privados de saúde possibilita que ela se trate e que a letalidade do vírus seja menor nesses bairros nobres. Enquanto isso, regiões de menor contágio têm letalidade maior, porque faltam recursos e a população depende do sistema público de saúde precarizado. O Estado ora age diretamente produzindo a morte, ora age gerindo a distribuição da riqueza, da saúde pública, da assistência social. Ao fazer isso, cria condições potencialmente mortíferas para determinados setores da sociedade.

O Estado é o único ator a fazer essa administração da morte?

A necropolítica também possui uma dimensão mais complexa, que compreende as relações entre o Estado e o mercado, o capital. A pandemia também deixa essa relação mais explícita. Pense, por exemplo, nos entregadores de aplicativos. Durante a pandemia, eles trabalham muito mais que antes, para ganhar muito menos. Diante da demanda alta do mercado por esse tipo de serviço, empresas como Rappi e Uber Eats contratam mais, criando um exército de reserva gigantesco, que fica inoperante. Estudos mostram que essas empresas crescem algo em torno de 300% nesse período. Como há mais entregadores disponíveis, o número de entregas feitas por cada entregador diminui. Para trabalhar, essas pessoas recebem uma máscara e um frasco de álcool em gel. É insuficiente para protegê-los de um vírus mortal. O presidente da Rappi no Brasil não está assassinando seus trabalhadores. Mas esses entregadores estão expostos as condições mortíferas. Essa é uma outra maneira de pensar a necropolítica – como a distribuição desigual de condições mortíferas.

Ao promover a morte, o Estado deixa de cumprir seu papel?

Numa situação ideal, caberia ao Estado promover a vida?

Não sei se é possível dizer qual o papel verdadeiro do Estado. O Estado

não é um bloco monolítico. Ele é marcado por interesses, conflitos e jogos de força. É crivado por interesses divergentes. Historicamente, sempre foi aparelhado por interesses particularistas, que utilizam as forças do Estado para beneficiar grupos específicos. Ao longo dos anos, houve avanços e conquistas de direitos. Mas essas não foram benesses concedidas por um Estado que cumpria seu papel primordial. Foram conquistas produzidas depois de muita luta e disputas envolvendo movimentos sociais. O Estado e o mercado estão, historicamente de mãos dadas. Quando isso não acontece, quando o Estado cria políticas de outras natureza, é porque houve disputas e mobilização social.

Racismo e necropolítica estão sempre associados?

Necropolítica e racismo andam de mãos dadas. Inclusive, o Mbembe, numa linha que remonta ao filósofo martinicano Frantz Fanon, diz que a necropolítica estabelece uma linha divisória entre o que é ser e o que não é ser. O racismo participa do estabelecimento dessa linha de demarcação, entre os que existem e os que não existem. Entre as pessoas que importam e as que não têm importância. E aquelas pessoas que não existem, nem podem ser consideradas propriamente mortas. Já falamos do fazer morrer e da produção de condições mortíferas. Mas há um terceiro aspecto da necropolítica, que é o de deixar desaparecer. É ilustrativo pensar isso à luz do encobrimento dos dados que o governo federal vem realizando desde que decidiu mudar os critérios de contabilização de mortos pela covid-19. O que são essas mortes que não são computadas? Que desaparecem sem visibilidade? Quando o presidente diz que esse é o destino de todo mundo, diz que ele não é coveiro, ele declara que essas mortes também não são numeradas. Afirma que aquelas que morreram nem podem ser considerados seres cuja morte pode ser singularizada.

Para saber mais

Para promover o respeito aos direitos humanos, e criar um mundo mais justo, é preciso informação de qualidade, sem mistérios.

Se você se interessou pelos assuntos abordados nesse e-book, aproveite para dar uma olhada no site da plataforma **Brasil de Direitos**. Lá, você se informa sobre a atuação de grupos e ativistas que trabalham, cotidianamente, para defender direitos universais.

Outra dica é ficar de olho no site do **Fundo Brasil de Direitos Humanos**. Além de acompanhar os projetos apoiados pela Fundação, você pode acessar os conteúdos do **blog**, que vão te ajudar a entender o significado de outros conceitos e fenômenos sociais.

Para escrever os textos desse e-book, consultamos especialistas das organizações abaixo. No site desses grupos, você também pode se informar sobre o trabalho da sociedade civil organizada.

Justiça Global
www.global.org.br

Centro Feminista de Estudos e Assessoria - Cfmea
www.cfmea.org.br

Movimento de Mulheres Negras de Sorocaba - Momunes
www.momunes.org.br/institucional

A plataforma **Brasil de Direitos** é um projeto impulsionado pelo **Fundo Brasil de Direitos Humanos**. **Saiba mais aqui**



Fundo Brasil de Direitos Humanos
www.fundobrasil.org.br



]-[Fundo
Brasil